

"A Gente Fica sem Saber o que Fazer": Fome e Insegurança Alimentar dos povos indígenas na perspectiva dos profissionais de saúde de um Polo-Base do Distrito Sanitário Especial Indígena da Bahia

Marcus Vinicius Ferreira de Souza¹

João Paulo de Oliveira Rigaud²

Ligia Amparo Santos³

Introdução

No amplo mosaico dos territórios indígenas brasileiros, a região do Submédio do Rio Opará - nome indígena para o Rio São Francisco, destaca-se por constituir, no Nordeste do Brasil, um extenso trecho fluvial, que percorre o norte da Bahia até o oeste de Pernambuco, repleto de corredeiras, cachoeiras e cercado pela vegetação da Caatinga. Este território, no entanto, é historicamente moldado por múltiplas facetas da colonização, por meio da necessidade de atender a interesses capitalistas e políticos em diferentes épocas. Baseando-se em tal ponto, a paisagem singular sofreu drásticas transformações, entre as quais se incluem a construção de currais de bois, monoculturas e a edificação de hidrelétricas (Albuquerque, 2019; Cruz, 2017; Dávalos, 2021).

As reflexões aqui apresentadas partem, especialmente, da Região de Paulo Afonso, território baiano ocupado por um extenso trecho do Opará que também é território de comunidades tradicionais e povos indígenas. Das

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia. E-mail: marcusferreira2@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5550-3053>.

² Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: joaoprignaud@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2856-0603>.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Professora Titular da Universidade Federal da Bahia, Escola de Nutrição, Departamento Ciências da Nutrição. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: amparo@ufba.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6925-6421>.

diferentes etnias, aldeados e não aldeados, distribuídas pelas distrito de Paulo Afonso que foram vulnerabilizados historicamente por diferentes interesses do Antropoceno, se destaca a etnia Tuxá, aldeada no município de Rodelas, que teve o leito do grandioso Rio São Francisco represado com a construção da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), onde foram demarcados 450 km de raio tendo como ponto referencial a famosa cachoeira da cidade. Com isso, a população indígena originária das margens do Rio São Francisco foi realocada sobre promessas de indenizações e melhores condições de vida (Souza, 2002).

Assim como as transformações de infraestrutura devido ao represamento das águas, os povos indígenas que viviam às margens do leito do rio também sofreram transformações culturais, alimentares e nutricionais e epistemológicas, associadas ao agravamento dos indicadores sociais. Os povos Tuxás os quais eram reconhecidos por suas habilidades, dedicação e autonomia ao trabalho agrícola e também por serem detentor de conhecimentos específicos sobre o Rio Opará, desfrutavam de um período de fartura, entendido como a capacidade de caça e pesca no território original, anteriormente à inundação causada pela CHESF (Davalos, 2021).

No primeiro momento de transição, a principal forma de manutenção da alimentação deste povo foi através da *V.M.T – Verba de Manutenção Temporária*, atualmente denominada como a *P.T.S – Provisão Temporária de Subsistência*, auxílio pago pela CHESF até o recebimento das terras pago pela mesma companhia. No entanto, este auxílio não é mais pago e os indígenas dependem de políticas assistenciais do governo, como o *Programa Bolsa Família*⁴ e o *Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA)*, sendo este último um benefício pago aos pescadores artesanais que dependem exclusivamente da atividade pesqueira, ficando proibidos de exercer-la durante

⁴ Em 2021 o município de Rodelas teve 1.928 famílias beneficiárias do Bolsa Família, sendo destas, 1.563 pertencem ao povo Tuxá, representando aproximadamente 63,77% das famílias beneficiárias (Cruz, 2017; Davalos, 2021). Assim, a presença marcante do Bolsa Família no território dá indícios que grande parte das famílias estão em algum nível de fome e/ou insegurança alimentar, dado que essa é uma política específica para pessoas em situação de pobreza.

o período de Defeso⁵ de alguma espécie, popularmente conhecido como ***Seguro Defeso***.

Nesse contexto, a partir do reassentamento do povo Tuxá, a maneira de adquirir os alimentos foi colonizada por meio do *modus operandi* da alimentação urbanizada. Este povo não consegue mais produzir os alimentos básicos e passou a comprar os alimentos no comércio local. Diante disto, o povo Tuxá passa a vivenciar situações de desabastecimento alimentar e longos períodos de fome e pobreza. Em contramão ao período de fartura associado ao território perdido, podemos relacionar a transição territorial de Tuxá como um período de acentuação da pobreza (Cruz, 2017; Davalos, 2021; Salomão, 2011).

Se os impactos à saúde e aos corpos indígenas expressam tais transições e o binômio corpo-território revela-se fundamental para compreender as intersecções entre padrões alimentares indígenas, preocupações sociais e científicas, como a fome, obesidade e condições crônicas não transmissíveis (CCNT) (Corrêa et al, 2021; Cruz, 2017; Yates-Doer, 2015), é possível afirmar que as mudanças geográficas, ambientais e de paisagens causadas pela transposição do Rio São Francisco influenciaram na vida cotidiana dos povos indígenas de distintas maneiras (Gonçalves et al, 2022).

Vale ressaltar que, no presente estudo, considera-se o binômio corpo-território como importante interlocutor das tessituras entre alimentação, saúde e construção identitária, o que representa uma intencional imersão na decolonialidade, especialmente a partir das cosmopolíticas indígenas interculturais que, por seu turno, enfatizam a interconexão entre corpos e territórios, reconhecendo-a como sujeito de poder e resistência. Nesse sentido, a relação entre corpo-território adquire um papel fundamental na compreensão dos impactos dos sistemas alimentares em comunidades tradicionais, transcendendo a questão ambiental para abarcar dimensões socioculturais e identitárias (Krenak, 2019).

Ao perceber que as práticas alimentares, imersas nas teias sociais, transcendem o ato de nutrir o corpo e revelam-se como espelhos das

⁵ Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, na modalidade de seguro defeso, ao pescador profissional durante o período de defeso, quando a pesca é proibida para preservar a reprodução das espécies.

hierarquias e distinções culturais, a confluência dos povos indígenas com o território é essencial para entender as dinâmicas da Segurança Alimentar e Nutricional nas comunidades indígena brasileiras. Assim, ao compreender que a população indígena do território de Paulo Afonso está exposta a diferentes e complexas situações de vulnerabilidade social, o presente estudo objetiva analisar as compreensões sobre a fome e a insegurança alimentar dos povos indígenas a partir dos profissionais de saúde de um Polo-Base do DSEI-Bahia⁶.

A análise das narrativas dos profissionais de saúde justifica-se pela necessidade de compreender como as diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) são implementadas na prática e os principais enfrentamentos na atuação da Atenção Básica em comunidades indígenas⁷. Assim, as narrativas dos profissionais de saúde, oferecem um olhar essencial sobre os desafios cotidianos, demonstrando como os princípios da interculturalidade cultural são traduzidos ou mesmo reduzidos na atuação profissional frente às vulnerabilidades encontradas.

Procedimentos Metodológicos

Realizou-se um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, na região de Paulo Afonso, Bahia, a qual pertence o Polo Base de Paulo Afonso do Distrito Sanitário Especial Indígena da Bahia (DSEI - Bahia). Foram feitas entrevistas narrativas, entre o período de setembro de 2021 a agosto de 2022, com profissionais de saúde atuantes no DSEI- Bahia da região de Paulo Afonso. Tais entrevistas foram orientadas por um roteiro semiestruturado com perguntas referentes à atuação destes profissionais e à situação de fome e

⁶ Os Pólo-Base são unidade institucionais de referência local, pertencente ao Distrito Sanitário Especial Indígena Bahia (DSEI-Bahia), que é a estrutura descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) responsável por organizar a Atenção Básica de forma diferenciada e intercultural para as comunidades indígenas no território nacional (Brasil, 1999; Brasil, 2017).

⁷ A PNASPI foi organizada para proporcionar uma atenção diferenciada, sensível às especificidades culturais dessas populações. No entanto, a aplicação dessas diretrizes no cotidiano é entrelaçado por diferentes desafios estruturais e sociais, de maneira que a PNASPI frequentemente recai em uma abordagem superficial de interculturalidade, que não incorpora integralmente os saberes indígenas (Pedrana et al., 2018).

insegurança alimentar dos povos indígenas, onde o universo empírico da pesquisa foi produzido.

Foram incluídos profissionais que aceitaram contribuir voluntariamente com o projeto, independente do tempo de trabalho atuante na saúde indígena. Entre os profissionais de saúde entrevistados havia nutricionista, enfermeiro, técnico em enfermagem e assistente social. O contato inicial com esses profissionais foi realizado por meio de um informante-chave do DSEI/Bahia, que forneceu os contatos dos profissionais atuantes no Polo Base de Paulo Afonso. Cabe ressaltar que o estudo ocorreu durante a pandemia de COVID-19, desta maneira, as entrevistas foram realizadas através de uma plataforma virtual. Cada profissional foi entrevistado individualmente a partir de perguntas norteadoras, tendo uma média de duração de cinquenta minutos cada entrevista. As interlocuções foram gravadas e transcritas na íntegra.

Os dados foram analisados a partir de uma leitura exaustiva até serem sintetizados por meio de uma matriz de análise que emergiu do próprio processo analítico, tendo como base a intersecção dos temas propostos. A partir das inquietações causadas pelos relatos dos profissionais sobre a fome e insegurança alimentar fez-se necessário a investigação sobre como a fome e a insegurança alimentar afetam as comunidades tradicionais, bem como a percepção dos profissionais de saúde atuantes na Atenção Primária à Saúde neste território.

Cabe ressaltar que este estudo integra o projeto maior intitulado como “Qualificação do cuidado a pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco associados no âmbito da atenção primária à saúde do SUS no estado da Bahia: integrando pesquisa, extensão e formação”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o Ministério da Saúde, através da chamada CNPq/MS/SAPS/DEPROS nº 28/2020 - Formação em doenças crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco associados, o qual investiga a qualificação do cuidado à saúde em diferentes perspectivas. Esse projeto é produzido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação e Cultura (NEPAC) da Universidade Federal da Bahia e foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Nutrição da Universidade da Bahia (ENUFBA) sob o nº de parecer 5.178.829. Todos os entrevistados assinaram um Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados e Discussões

Paulo Afonso e o território indígena: a CHESF como ponto de partida para transição alimentar e nutricional e a epidemiológica

Esta seção analisa o impacto da exclusão socioespacial da construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, com ênfase na migração compulsória do povo indígena Tuxá. Discute o convênio de 1987 entre a CHESF e a FUNAI e o subsequente descumprimento das obrigações de reassentamento e infraestrutura, estabelecendo estas catástrofes ancestrais como o marco inicial de transições sociais observadas na comunidade.

A migração compulsória do povo indígena Tuxá ocorreu em 1988, entretanto, somente 23 anos depois a CHESF começou a viabilizar a aquisição e demarcação dos 4.000 hectares previstos por convênio em 1987. Este convênio foi acordado entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI e a CHESF, definindo como responsabilidade da companhia o reassentamento das famílias até o dia 30 de dezembro de 1987. Dentre as cláusulas, a companhia era responsável pela construção de Posto de Saúde, Escola Rural, Casa de Religião, Cemitério, Poço Artesiano, Casa de Farinha e Prédio para beneficiamento de arroz na aldeia de Rodelas. (Davalos, 2021)

Cabe ressaltar que a construção das usinas hidrelétricas de Paulo Afonso e de Luiz Gonzaga, inundou a cidade de Rodelas, Bahia e o antigo território Tuxá, conhecido como Ilha da Viúva, onde os indígenas desenvolviam atividades econômicas, religiosas e culturais. Tais mudanças afetaram as práticas dos rituais como Toré e o Ritual dos “Ocultos” ou “Particular”, os quais na cultura Tuxá destinam à cura, orientação, bem-estar e espiritualidade desse povo (Salomão, 2011). O domínio da CHESF sobre território perdurou muitos anos e somente na década de 1980 o muro da companhia foi destruído e as guaritas desativadas. Até 2002, a companhia administrava o acampamento, e, a partir deste ano, foi a prefeitura que se tornou responsável (Albuquerque, 2019; Silveira, 2018).

Na cosmologia dos povos originais é possível entender os principais motivos que ameaçam a cultura dos povos Tuxás a partir do afastamento do

seu território de origem - o qual tem produzido efeitos no uso de memórias e de imaginários que os permitiu construir sua identidade - e pela mudança da tradição religiosa devido à perda do território sagrado e aos deslocamentos da espiritualidade e divindades associadas a ele. Todos os impactos sofridos nos âmbitos sociais, culturais, religiosos, econômicos além do agravamento de conflitos internos na aldeia são compreendidos pelos indígenas como enfraquecimento da força Tuxá (Salomão 2011; Davalos, 2021).

A nutricionista Vanessa, indígena Tuxá de 33 anos, atuante há 17 anos na saúde indígena no DSEI-BA relata os impactos vividos pelos seus parentes causados pela migração forçada:

É, eu cresci nessa comunidade já um pouco diferente dos meus pais, os meus pais, meus avós, quando queriam tal alimento, por exemplo: eles iam atrás pescar, passavam horas remando atrás de um peixe, iam colher um fruto, uma hortaliça, em 1986/87 devido a construção de uma barragem aqui em Itaparica a nossa aldeia foi inundada, e depois desse acontecimento viemos para uma nova terra, onde se olhava e não via nada, você não sabia onde ir atrás do seu peixe, o que plantar, que até hoje a gente não tem terra, e com essa mudança, aconteceu depressão principalmente dos mais velhos, até hoje se lamentam e tem aquela saudade.

Neste contexto, o povo Tuxá passa a vivenciar situações de desabastecimento alimentar e períodos de fome e pobreza, bem como a inserção de alimentos ultraprocessados como a mortadela como substituto das demais fontes de proteína animal nas principais refeições. Frente a essas problemáticas, os profissionais de saúde atuantes na região acreditam que, para o enfrentamento da fome, assim como da obesidade e demais condições crônicas não transmissíveis, as principais estratégias devem estar baseadas no incentivo da agricultura familiar e das políticas públicas.

Apoiando-se em uma abordagem multidimensional e multiescalar sobre este período de desabastecimento e agravamento da fome e insegurança alimentar e nutricional, na contramão do olhar biomédico hegemônico sobre as questões nutricionais, cabe questionar de que maneira o sistema alimentar deste território se organiza a partir das relações sociais, culturais e climáticas, ao mesmo tempo que os conecta aos riscos à saúde.

Sobre tal ponto, Maluf & Burlandy (2022), destaca a coexistência dos sistemas alimentares com diferentes escalas, sejam elas: internacionais,

nacionais e territoriais, impactando na alimentação da localidade a partir de características específicas a cada local, envolvendo dinâmicas econômicas, interesses políticos e aspectos sociais que configuram o abastecimento alimentar com enfoque no acesso aos alimentos, ressaltando a especificidade de cada território.

Assim, o desafio de lidar com essas diversas possibilidades de interação entre condicionantes de saúde e alimentação, pode afetar macropolíticas, exigindo o entendimento de outros conceitos como o de sistemas alimentares descentralizados (SAD's) para um planejamento político assertivo e específico. Os SAD's correspondem à sistematização e caracterização da produção, da circulação e do consumo de alimentos nas localidades, resultante da intersecção de múltiplos atores sociais igualmente multiescalares em contextos locais, nacionais e internacionais (Maluf, 2021).

Dentre as atividades de subsistências como: pesca, caça, agricultura e a produção de farinha que, anteriormente a companhia, eram realizadas coletivamente pelos indígenas, essas foram prejudicadas principalmente pela perda do território alagado. O povo Tuxá, era reconhecido por suas habilidades, dedicação e autonomia ao trabalho agrícola e também por ser detentor de conhecimentos específicos sobre o Rio São Francisco. Historicamente, este povo tem suas atividades econômicas, sistemas educacionais e sua relação mágico-religiosa associadas com a natureza, características que os distinguem enquanto grupo étnico (Davalos, 2021).

No prisma do sistema de educação informal Tuxá, baseado na oralidade dos pais para com os filhos, a transmissão de conhecimentos específicos desta etnia para perpetuação da tradição, rituais de afirmação étnica, além do conhecimento das atividades de subsistência foram desestruturados pela perda do território e das atividades tradicionais, agravando o distanciamento familiar e social e ampliando os conflitos entre familiares e integrantes da aldeia (Salomão, 2011).

Assim, a perda do território inundado e o remodelamento do leito do rio, estão no conjunto de catástrofes ancestrais que influenciaram e causaram a descontinuidade das principais atividades econômicas deste povo, conhecimentos sobre pesca e caça, por exemplo, antes vistos como principal meio de sobrevivência, são abandonados devido às transformações

geográficas, e ambientais e às transições epidemiológicas e nutricionais.

Transições epidemiológicas, nutricionais, territoriais e sociais e os desafios para a promoção da alimentação adequada em comunidades indígenas

As transições epidemiológicas se manifestam no corpo, na alimentação e na saúde dos povos, orientando o olhar para os padrões alimentares indígenas e para questões como a fome, a obesidade e as Condições Crônicas Não Transmissíveis (CCNTs), considerando toda a complexidade que envolve esses fenômenos. Neste sentido, podemos relacioná-las diretamente com o acesso à terra na cosmologia dos povos indígenas ao perceber que as dificuldades para agricultura de subsistência e plantio restringem o acesso a alimentos in natura, além de favorecer o consumo de alimentos industrializados. Tal mudança na alimentação é conhecida como Transição Alimentar e Nutricional. As mudanças alimentares, para Poulain (2003), assumem uma dimensão que vai além do biológico, expressando-se em um marcador social e cultural, o que permite que o alimento se torne uma ferramenta de identidade e expressão de pertencimento para grupos vulnerabilizados. Nesse caminho, o autor evoca a ideia de “modelo alimentar”, descrito como uma configuração do espaço social alimentar resultante de adaptações dos comedores às suas condições de existência.

Nesse sentido, de acordo com as análises de Acosta-Leyva (2019) entende-se que as transformações nos padrões alimentares ao longo do tempo não são meras adaptações biológicas ou decisões isoladas; pelo contrário, são intrinsecamente moldadas pelas relações sociais de poder, pela tessitura socioeconômica e pela complexa construção cultural da alimentação. O autor descreve o colonialismo e a segurança alimentar em Cabo Verde a partir de uma configuração social em que as estruturas coloniais impuseram economicamente que, ao privilegiar interesses do mercado externo, enraizou a insegurança alimentar no território no âmbito local, efeito esse que reverbera na comensalidade contemporânea.

Essa perspectiva dialoga com a análise de Garcia (2003), a qual considera a globalização e urbanização contemporânea como fatores estruturantes das práticas alimentares, em diferentes escalas, organizadas do global para o local, de maneira que podem contribuir para uma adaptação dos

hábitos alimentares locais a modelos de consumo globalizados. Garcia (2003) destaca que os avanços da globalização, ao atingir uma quantidade maior de localidades, influenciam o processo de homogeneização das dietas, com a promoção da “afluente”, caracterizada essencialmente por um excesso de alimentos calóricos, a introdução de ultraprocessados e baixo consumo de fibras.

Cabe ressaltar que as mudanças alimentares se constituem em um fenômeno complexo em âmbito local e global que não segue caminhos lineares evolutivos de modo unívoco. Ela resulta de uma interação entre os fenômenos ocorridos no território com a agência dos sujeitos e as transformações na economia global de alimentos, incluindo questões sociais em torno da aquisição, produção e preparo da alimentação (Rodrigues *et al*, 2020).

Na esteira das mudanças alimentares das comunidades indígenas do Polo Base de Paulo Afonso, Bahia, o enfermeiro Mario, de 37 anos, evidencia a similaridade da alimentação dos indígenas com a dieta da população urbana, destacando como a “cultura urbana” já se encontra enraizada nas comunidades indígenas. Segundo ele, essa mudança na alimentação, reflete no crescimento de CCNT como hipertensão e diabetes.

Hoje em dia, nas aldeias a gente vê que entrou muito na cultura digamos urbana, já está dentro das nossas comunidades indígenas. Então é comum que a alimentação deles hoje principalmente seja o que é normal do dia a dia das outras pessoas, dos povoados, das cidades e dos centros urbanos. Eu acredito que isso colabore, uma vez que, isso, há um crescimento, principalmente das doenças hipertensão e diabetes aqui no polo base de PA. E é uma curva ascendente, bem como, como é no resto da população brasileira, eu percebo.

Faz-se relevante evidenciar esta mudança nos hábitos alimentares territorialmente marcada não apenas pela troca do alimento *in natura* pelos alimentos industrializados com o risco de simplificar as complexidades em torno das centralidades da alimentação, as transformações epidemiológicas, demográficas e sócio-políticas que, por seu turno, influenciam nas formas de conhecer e se relacionar com a alimentação e a saúde (Rodrigues *et al*, 2020). Partindo disto, podemos associar a tal perspectiva e o pensamento hierárquico e monocultural o qual tem como intuito reorganizar os padrões sociais baseado

na relação de poder sob o olhar hegemônico do colonizador (Mota & Nunes, 2018).

Durante as entrevistas, os profissionais apontaram os desafios estruturais como a principal barreira à promoção de uma alimentação adequada e saudável. Considerando o contexto da região, marcado pela transição territorial e pela migração forçada de seu povo, surge, portanto, a pergunta: quais seriam as condições de possibilidade para constituir um território que assegure a Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar de um povo atravessado por tais transições?

Salomão (2011) destaca que, segundo o Convênio de 1987 acordado entre a CHESF e a FUNAI, era de responsabilidade da companhia garantir estruturas como estradas de acessos, infraestrutura de energia elétrica, distribuição de água para irrigação e consumo humano, infraestrutura à irrigação, canais, valetas, bombas, equipamentos além de elaborar e implementar projetos de pecuária e pesca para a comunidade de Rodelas. Mario, atuante na saúde indígena desde 2009, relaciona os problemas estruturais com a fome o qual ele observou nas comunidades indígenas do DSEI-BA:

Há dificuldade do sistema de abastecimento dos territórios, então nem todas as aldeias conseguem manter água para o seu consumo próprio, então é difícil porque existe essa necessidade de ter uma irrigação e em alguns lugares não permite. Alguns conseguem, mas existem locais que não tem possibilidade de água, que dependem das chuvas, até porque tem a dificuldade também de abastecimento de água para consumo humano. Atualmente, a falta de água potável para consumo atinge as aldeias.

Na esteira das práticas alimentares e da promoção da alimentação adequada e saudável, como orienta a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), os profissionais entrevistados apontam para os problemas estruturais como as maiores dificuldades a serem enfrentadas na atuação profissional. Uma das problemáticas apontadas nas entrevistas é a questão climática, principalmente a seca, a qual desfavorece a agricultura familiar associado à falta de um abastecimento de água eficaz e contínuo. A dificuldade do sistema de abastecimento nos territórios e a insegurança hídrica foi em maioria compreendida pelos profissionais atuantes como sinônimo de insegurança alimentar.

Em um estudo realizado na comunidade Tuxá, Dávalos (2021) afirma a existência de atividades de combate aos efeitos da seca, através da construção de açudes e barragens, como também na designação de recursos para a aquisição de sementes e animais, perfuração de poços, assistência à população com distribuição de alimentos. Neste mesmo estudo, o autor evidencia benefícios para a comunidade durante a implementação destas atividades organizadas por instituições como: a FUNAI, Escola indígena de Rodelas, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), a prefeitura de Rodelas, o Comitê da Bacia do Rio São Francisco (CBHSF) e as organizações Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA) e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (APOINME).

No entanto, os líderes indígenas comunitários afirmam que, após estas atividades deixarem de ser monitoradas pelas instituições, os resultados declinaram. O autor indica a escola indígena, a FUNAI e a SESAI como instituições que mais contribuem para a melhor convivência com a seca de maneira imediata e a médio prazo. As ações se configuram desde o fortalecimento de capacidades, acompanhamento sanitário e a distribuição de alimentos essenciais para a mitigação dos efeitos da seca. Vale ressaltar que a integração dos povos tradicionais, sob a ótica da interculturalidade, no planejamento dos projetos ou das medidas adaptativas são fundamentais para a assertividade das ações propostas (Dávalos 2021).

O declínio destes poços e sistemas de abastecimento foi relatado por Mário, enfermeiro de 37 anos. Ele aponta que a falta destes projetos afetam a subsistência da comunidade inviabilizando estratégias como a agricultura e pecuária. Para Mário, a ineficiência do estado em políticas públicas agravam a situação de vulnerabilidade das aldeias:

Algumas aldeias que não é na beira do rio dependem de poços artesianos, esses poços tem que está em funcionamento, com um sistema de abastecimento que faça a distribuição da água para consumo humano, e às vezes esse sistema dá um problema eles ficam alguns dias ou meses com dificuldade de água, até que ou a SESAI ou algum município vá lá e recupere. (...) Faltam projetos de irrigação e abastecimento de água, com isso eles poderiam plantar e poderiam fazer a colheita para o próprio consumo, porque os indígenas alegam muito que não conseguem ter o básico, para o consumo, então se tivesse esse tipo de apoio ou um projeto de fomento dentro da comunidade, poderia conseguir

fazer isso.

A presença de ações planejadas, em conexão com o povo Tuxá, coordenadas de forma horizontal, com a integração dos conhecimentos técnicos indígenas e mediada pelas instituições são importantes medidas para anteciparem impactos adversos das mudanças climáticas, além de fortalecerem a agricultura e pecuária no território, mimetizando assim, no curto e médio prazos, preocupações sociais como fome e seca. No entanto, Davalos (2021) ainda aponta que a aplicabilidade destas medidas dependem da capacidade de comunicação, do agir coletivamente para construção de uma capacidade social à base da confiança e organização.

Fome e Insegurança Alimentar na População Indígena da Região de Paulo Afonso

A partir da necessidade de compreender e mensurar a insegurança alimentar e nutricional dos povos indígenas para instrumentalizar gestores, profissionais de saúde e construir políticas públicas em diferentes níveis de atenção, foi no ano de 1994 quando se iniciou a primeira avaliação sobre insegurança alimentar e fome entre os povos indígenas. Neste período, tal investigação foi realizada através do “Projeto Mapa da Fome Entre Povos Indígenas no Brasil” e foi instrumentalizada através de um questionário com 5 questões: “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”.

Tais questões investigavam se existiam populações indígenas em situações de fome e pobreza no Brasil da época, além de investigar onde se localizavam essas populações e qual seu percentual populacional estimado no país. Além disto, o questionário indagava quais os fatores associados à fome e pobreza na população indígena. Durante a realização desta avaliação foi identificada como a principal dificuldade para diagnóstico da fome em comunidades indígenas a maneira fenomenológica que esta se apresenta.

Tal fenômeno exige uma compreensão multidimensional das condições dos povos indígenas, compreendendo que o conceito de fome pode integrar diferentes situações muito além da ausência do alimento e também reforçar relações de poder e colonialismo. Diante de tamanha complexidade em torno do fenômeno, o questionário foi elaborado para identificar questões mais objetivas do informante considerando diferentes aspectos, dentre eles: o

tamanho do território disponível, atividades de subsistências, dieta alimentar, mortalidade infantil, políticas públicas e projetos em saúde e educação, entre outros. Diferentemente do Mapa da Fome do IPEA de 1993, o qual considera o recorte a partir da renda familiar o principal critério a ser investigado, no contexto das comunidades indígenas este critério não foi incluído por parecer ser de baixa eficácia (Verdum, 2003).

Atualmente, no Brasil, o principal instrumento validado para a investigação sobre insegurança alimentar e fome é a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Vista como um instrumento mais robusto de investigação, a EBIA investiga as práticas alimentares e a fome em diferentes contextos socioculturais. No entanto, as perguntas partem do contexto da alimentação na configuração de domicílios, aos moldes dos centros urbanos. Vale ressaltar que em comunidades tradicionais, outras configurações devem ser postas em evidência, como o exemplo da comensalidade entre a comunidade que é fundamental no entendimento das práticas alimentares.

No contexto dos povos indígenas e outras minorias étnicas, este instrumento não considera as especificidades desta população na perspectiva da vulnerabilidade alimentar e nutricional. Sabendo disto, a aplicabilidade desse instrumento em comunidades com o contextos singulares de diversidades, exige adaptações a condições sociodemográficas e ao processo de saúde-doença dessas populações. No contexto indígena, poucos trabalhos dialogam com as especificidades necessárias de 305 etnias reconhecidas pelo estado brasileiro, poucas delas foram avaliadas através da EBIA com adaptações específicas (Athila & Leite, 2020).

A nutricionista Vanessa afirma que a equipe de nutrição atuante no DSEI-BA na região de Paulo Afonso, realizou um inquérito alimentar em 2021, durante o período pandêmico, no qual a insegurança alimentar em diferentes níveis foi identificada. Apesar disso, relata que a equipe de nutrição se sente de “mãos atadas” para a situação, sem saber qual a conduta profissional adequada nestas situações. Relata ainda que os esforços profissionais são norteados pela tentativa de conseguir cestas básicas esporádicas junto a instituições e órgãos governamentais⁸:

⁸ Diante da materialização da fome mediada pelo instrumento, os profissionais responsáveis seguem os *modus operandi* do comum? A alimentação adequada é responsabilidade do estado

Nós da equipe de nutricionistas fizemos um inquérito alimentar, em 2021, a gente conseguiu identificar bastante casos de insegurança alimentar, de pessoas que não comem todos os dias, conseguem ter apenas uma refeição por dia, ou então não tem dinheiro para comprar todas as refeições, às vezes, só tem dinheiro para comprar um pão durante o dia, e o que a gente tem para poder ajudar é as articulações, com a secretaria de saúde, sociais para tentar mandar uma cesta básica, mas cesta básica não tem como manter sempre.. A gente fica sem saber o que fazer, né? (Vanessa, 33 anos, nutricionista, Tuxá).

No panorama da realidade Tuxá, refletindo sobre aspectos da INSAN e da fome, no contexto após a construção da barragem de Itaparica e da perda do território original, Mario, enfermeiro atuante na coordenação das atividades em saúde da região de Paulo Afonso acredita que, para o enfrentamento da fome, as principais estratégias devem estar baseadas no incentivo da agricultura familiar e das políticas públicas. Segundo o enfermeiro, assim seria possível mitigar a fome nas comunidades do distrito indígena:

Agricultura familiar e também os programas de governo de distribuição de sementes e crédito, para que eles consigam plantar. Se assim existisse, nós não teríamos fome como a gente ainda tem, lá dentro da aldeia! (Mario, Enfermeiro, 37 anos)

Ao retornarmos ao passado Tuxá, a literatura e as memórias dos mais velhos remetem a um período de muito trabalho e sacrifício, no entanto, também é reconhecido a um período de muita fartura. Nesse contexto, a fartura é entendida como a possibilidade de produzir alimentos e o sustento por conta própria, não estando associada ao quantitativo ao produto produzido, mas a capacidade de acompanhar os frutos de suas terras. Sendo assim, o território perdido já proporcionou uma fartura sem igual (Cruz, 2017; Davalos, 2021).

Com o reassentamento do povo Tuxá, a maneira de adquirir os alimentos foi colonizada, a partir do *modus operandi* da alimentação

brasileiro, segundo a Constituição Federal, mas de que forma esses profissionais poderiam direcionar as políticas públicas para os povos indígenas? Além dos desafios e complexidades da fome, será que os desafios enfrentados por esses profissionais estão associados a formação do nutricionistas ou as questões mais profundas e estruturais que estes profissionais e indígenas enfrentam? Estas perguntas, em primeiro momento, não serão respondidas neste estudo - e não dizem respeito tão somente aos nutricionistas -, no entanto, tais questionamentos reverberam durante as análises das entrevistas e aos problemas expostos.

urbanizada. Este povo não consegue mais colher os alimentos básicos e passaram a comprar os alimentos no comércio local, desta maneira, aprendendo sobre o custo da alimentação e a dificuldade para adquiri-la. Neste contexto, o povo tuxá passa a vivenciar situações de desabastecimento alimentar e longos períodos de fome e pobreza. Em contramão ao período de fartura associado ao território perdido, podemos relacionar a transição territorial de Tuxá como um período de acentuação da pobreza.

Nesta esteira, Mário questiona de qual maneira se alimenta uma família durante um mês com apenas 400 reais do *Auxílio Brasil*, programa que substituiu o *Bolsa Família* no Governo Bolsonaro. Além disso, relata a substituição da mortadela industrializada no lugar do frango e da carne nas refeições que se formou através do agravamento da fome e da vulnerabilidade econômica sendo esta a maneira pela qual os povos indígenas conseguiram sobreviver ao alto custo da alimentação nos modelos hegemônicos capitalistas:

O Bolsa Família, no caso hoje o Auxilio Brasil⁹, quem mora dentro de uma comunidade tão difícil como essa que eu trabalho, claro que existem muitas outras, mas eu falo da que eu conheço. Então você vê muito ainda casa de taipa, fogo de lenha, panela no fogo, casinha sem ter praticamente nada dentro de móvel, quatro panelinhas todas sujas de preto e feijão pra cozinhar, quando tem, o arroz e a carne. Não se fala em galinha, não se fala, por mais em frango esteja barato uma vez ou outra no mercado. Daí entra a história da mortadela, onde o povo compra e faz daquilo praticamente a inclusão da proteína em sua alimentação. Existem muitos casos de pessoas que vivem basicamente com o Bolsa Família e aí, como é que você se alimenta um mês com 400 reais? (Mario, Enfermeiro, 37 anos).

Dada a extrema complexidade em torno dos aspectos socioculturais da alimentação, em conjunto com os contextos de mudanças sociais e transições nutricionais elementares e epistemológicas dos atuais dos povos indígenas, deve-se entender este fenômeno simultaneamente como local e global. Sendo assim, vale ressaltar que as práticas alimentares de indígenas são determinadas por valores sociais, econômicos e éticos os quais são de múltiplas e diferentes tradições alimentares, as quais deveriam ser conhecidas

⁹ A entrevista foi realizada durante o governo Bolsonaro, que em substituição ao Bolsa Família, criou o Auxílio Brasil e foi amplamente criticado por desarticular políticas consolidadas durante a pandemia de COVID-19.

e utilizadas para a elaboração de estratégias de saúde participativas na integralidade e humanização da política de segurança alimentar (Granelo & Welch, 2009).

A fenomenologia da fome se apresenta de diferentes formas, para além da sensação do estômago vazio. A partir da fala da nutricionista entrevistada Vanessa, quando ressalta: *“sempre alegam eu tô com fome, mas tem uma diversidade enorme ao redor da casa né”*, percebemos a subjetividade em torno deste fenômeno. Segundo Freitas (2002; 2003), sob o olhar antropológico da fome no cotidiano, em sociedades em situação de vulnerabilidade social extrema, esta se conforma segundo as práticas direcionadas ao corpo e a comida seguindo uma lógica interna destas comunidades associadas às relações sociais (Rigaud, 2021).

Apesar desta suposta disponibilidade de alimentos nos quintais das casas das comunidades indígenas, cabe salientar que existem valores simbólicos específicos à alimentação que são influenciados também pelo contexto de transição alimentar destas comunidades. Freitas (2002; 2003) afirma que a dieta famélica do dia-a-dia, expõe os valores simbólicos inseridos na alimentação, sendo possível observá-los no acesso ao alimento, no preparo, na distribuição familiar e, para além disto, nas associações do binômio corpo-faminto e alimento. Vanessa, afirma perceber que mudanças nos simbolismos alimentares e na nomenclatura dos alimentos, ao exemplo do alimento ultraprocessado macarrão instantâneo, referido como sopa pela comunidade indígena do polo:

Vai no mercado e encontra aquilo que é mais fácil de preparar, um miojo, principalmente as mães que oferecem bastante miojo as crianças, como se fosse uma sopa saudável, e quando a gente pergunta o que elas deram para as crianças, elas falam que deram sopa no café da manhã, no lanche, e quando você vai perguntar é miojo (Vanessa, 33 anos, nutricionista, Tuxá).

Atualmente, no Brasil, com o aumento da inflação e dos preços dos alimentos associados à queda do poder aquisitivo dos brasileiros, o macarrão instantâneo foi protagonista nos noticiários e nos principais jornais devido ao aumento expressivo das vendas, chegando a liderar o ranking de massas vendidas no mercado. Como a transição nutricional se configura de forma

global para o local, as comunidades indígenas seguem esta tendência e estudos apontam para a inserção do macarrão instantâneo na alimentação cotidiana desses povos. Segundo Pereira, em 2005, o macarrão instantâneo ocupava a sexta posição entre os alimentos mais consumidos, nas principais refeições, pelas crianças indígenas de etnia Tupinikim, entre a faixa etária de 7 a 60 meses, residentes da Aldeia Caieiras Velhas, no município de Aracruz, em Espírito Santo.

Desta maneira, a fome se materializa dentro das comunidades indígenas devido ao baixo preço do macarrão instantâneo e do apelo midiático historicamente construído principalmente ao público infantil. Este produto alimentício se apresenta com valores e símbolos distorcidos de maneira tendenciosa e comercial. Os rótulos coloridos e chamativos com os diversos sabores, dentre eles: Galinha Caipira, Carne, Camarão com alho, Legumes entre outros, dialogam com o imaginário dos consumidores. Além disso, existem apelos nos rótulos deste alimento com imagens de personagens infantis.

Logo, a fome no cotidiano é produzida pelos contextos social, histórico, político e econômico (Rigaud, 2021). Assim, o sentimento da fome dos indígenas, interpretada por Vanessa, exige uma compreensão além da fisiologia do estômago vazio. Esta fome evidenciada pode estar associada a representações da fome de múltiplos significados culturais e sociais, a qual a compreensão necessita do entendimento de variados elementos, simbolismos e sensações apreendidas pelos indivíduos famintos. Assim, na perspectiva da realidade dos povos indígenas e das especificidades que esta população exige, a leitura sobre a experiência de fome aparenta ser ainda mais complexa e que envolve as subjetividades.

Considerações Finais

A elucidação das compreensões acerca da fome e insegurança alimentar, bem como de outras macrotêmaticas que tangenciam o campo da saúde, alimentação e nutrição em comunidades indígenas, parecem demandar um aprofundamento analítico que transcenda a mera constatação das vulnerabilidades demográficas e sociais convencionais. Impõe-se a reflexão sobre a possibilidade de que a gênese e a manifestação dessas

vulnerabilidades estejam vinculadas às relações estabelecidas a partir, e sobretudo, do território. As especificidades da saúde destas populações, parecem configurar-se em uma tessitura complexa com a cultura e a espiritualidade, o que sugere a urgência de uma inflexão paradigmática em direção a interculturalidade e a decolonialidade na produção do cuidado.

Neste contexto, o estudo revelou que a insegurança alimentar e nutricional (ISAN) dos povos indígenas citados, notadamente o povo Tuxá, é uma consequência direta da violência territorial e epistêmica, materializada pela desterritorialização forçada em decorrência da construção da CHESF. A perda do território original resultou na acentuação da pobreza, na dependência de políticas assistenciais e na precarização da alimentação. Ademais, as narrativas dos profissionais de saúde do DSEI-Bahia evidenciaram a fragilidade da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) em oferecer um cuidado efetivamente intercultural, com a equipe sentindo-se "de mãos atadas" diante da complexidade do problema.

Neste sentido, questiona-se a suficiência da caracterização das desigualdades e vulnerabilidades que acometem os povos tradicionais e quilombolas quando está se restringe à ótica do modelo biomédico hegemônico. É plausível que a persistência de indicadores perversos estivesse relacionada a inadequação de um olhar que não incorpora a dimensão histórica catastrófica e política da desterritorialização? Sendo assim a ISAN, por conseguinte, poderia ser melhor compreendida e interpretada como um sintoma da violência estrutural e da ruptura do binômio corpo-território do que como uma disfunção meramente nutricional.

A partir dessa perspectiva, este texto sugere que o avanço na garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil passa, pelo questionamento e superação das relações coloniais de poder. Também, a aplicabilidade de instrumentos técnicos consolidado como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, deve ser submetida a uma revisão crítica, visando aprimoramentos que permitam transcender conceitos generalistas e incorporar as especificidades conceituais e operacionais que a cada comunidade indígena e quilombola exige.

Em última reflexão, a elaboração de instrumentos técnicos e conceitos interculturais e emancipatórios para desenvolvimento de estratégias e ações

eficazes em diferentes comunidades étnicas poderiam pavimentar o caminho para um enfrentamento mais robusto às causas estruturais que perpetuam a fome. A plena concretização da soberania alimentar indígena, neste horizonte, parece estar condicionada à efetiva consideração e proteção de seus territórios ancestrais.

Referências

ACOSTA-LEYVA, P. “Cabo Verde: Segurança Alimentar e Colonialismo”. *África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, v. 6, n. 12, 2019.

ALBUQUERQUE, A. et al. *Antes e depois da CHESF: as transformações políticas e sociais de Paulo Afonso (BA)*. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Alagoas. 2019.

BRASIL. *Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991*. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779compilado.htm Acesso em: 08 out 2024

CORRÊA, P et al. “Prevalência da hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus entre indígenas”. *Cogitare Enfermagem*, v. 26, p. e72820, 2021.

CRUZ, F. *‘Quando a terra sair’: os índios tuxá de rodela e a barragem de Itaparica: memórias do desterro, memórias da resistência*. 2017. 143 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DÁVALOS, N. *Vulnerabilidade socioambiental e os impactos do reassentamento e dos eventos climáticos extremos sobre o povo indígena Tuxá de Rodelas-Bahia*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

FREITAS, M. *Agonia da fome*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003.

FREITAS, M. “Uma abordagem fenomenológica da fome”. *Revista de Nutrição*, v. 15, n. 1, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rn/a/ZfgqsqZqTPcTBYfVxq4PzjR/> Acesso em: 12 nov 2024.

GARCIA, R. W. D. “Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana”. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 16, n. 4, p. 483-492, out./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/XBYLXK3XtmDgRfTbq7mKwYb/?lang=pt> Acesso em: 12 nov 2024.

GRANELO, S.; WELCH, V. “The symbolism of food and the changing context of indigenous nutrition: a global and local perspective”. *Journal of Indigenous Health*, v. 4, n. 2, p. 47-59, 2009.

KRENAK, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MALUF, J. R. “Os Sistemas Agroalimentares: uma abordagem multiescalar”. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 37, n. 2, p. 181-197, 2021.

MALUF, J. R.; BURLANDY, L. “Coexistência de sistemas alimentares em múltiplas escalas e seus impactos na alimentação local”. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 39, n. 1, p. 1-18, 2022.

MOTA, J. R.; NUNES, M. T. “Desigualdades epistêmicas e a hierarquia do conhecimento: A visão hegemônica do colonizador”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 13, n. 2, p. 45-67, 2018.

PEDRANA, L. et al. “Análise crítica da interculturalidade na Política Nacional de Atenção às Populações Indígenas no Brasil”. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 42, p. e178, 2018.

PEREIRA, T. Perfil alimentar e nutricional de crianças indígenas da etnia Tupinikim. Monografia (Bacharelado em Nutrição), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

POULAIN, J-P.; PROENÇA, R. P. C. “O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares”. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 16, n. 3, p. 245-256, 2003.

POVINELLI, E. *Catástrofes Ancestrais: Existência no Liberalismo Tardio*. São Paulo: Ubu Editora, 2021

RIGAUD, J. *Entre a fome e o vírus, a escolha pela vida: uma etnografia das tessituras entre o fenômeno da fome e a pandemia de COVID-19*. Dissertação

(Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SALOMÃO, M. Convênio CHESF e FUNAI: Estrutura e Implementação de Projetos em Rodelas. *Revista Brasileira de Estudos Indígenas*, v. 15, n. 1, p. 23-45, 2011.

SILVEIRA, J. “Braços cruzados, máquinas paradas”: Trabalhadores, experiências e conflitos na capital da energia (1960-1980). *Revista Científica da FASETE*, p. 10, 2018.

SOUZA, G. C. “A construção da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e a realocação das populações indígenas em Paulo Afonso, Bahia.” *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1, p. 21-35, 2002.

VERDUM, M. *O Mapa da Fome do IPEA: uma análise crítica e suas implicações para as comunidades indígenas. 2003*. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

WALSH, C. “Interculturalidade e decolonidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial”. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)* ISSN - 2448-3303, v. 05, n. 1, 2019.

YATES-DOERR, E. *The Weight of Obesity*. University of California Press, 2015.

"A Gente Fica sem Saber o que Fazer": Fome e Insegurança Alimentar dos povos indígenas na perspectiva dos profissionais de saúde de um Polo-Base do Distrito Sanitário Especial Indígena da Bahia

Resumo

O presente estudo objetiva analisar as compreensões sobre a fome e a insegurança alimentar dos povos indígenas a partir dos profissionais de saúde de um Pólo-Base do Distrito Sanitário Especial Indígena da Bahia (DSEI - Bahia). Ao considerar que a Bahia é o estado do Nordeste com maior número de indígenas, realizou-se um estudo qualitativo na região de Paulo Afonso, Bahia. Na produção dos dados empíricos, foram realizadas entrevistas narrativas durante o período de setembro de 2021 a agosto de 2022 aos profissionais de saúde atuantes no DSEI-Ba. Os resultados consideram que, como, as questões que afetam o território em interação com processos globalizantes e da modernidade-colonial afetam na produção da fome e nas mudanças alimentares no cotidiano, e de maneira que são produzidas pelos contextos social, histórico, político e econômico, em diferentes escalas. Assim considera-se que a fome e insegurança alimentar em comunidades indígenas necessitam de aprofundamentos sobre as condições demográficas e sociais enfrentadas por esta população, sob uma perspectiva das relações construídas a partir e essencialmente, do território. Ao analisarmos o agravamento das desigualdades relacionadas aos povos indígenas, espera-se que esse estudo possa contribuir para desenvolvimento de estratégias e ações eficazes para o mitigamento de desigualdades tendo em vista as especificidades de diferentes comunidades étnicas.

Palavras chave: Fome. Insegurança Alimentar. Saúde Indígena. Território.

"We Don't Know What to do": Hunger and Food Insecurity among indigenous peoples from the perspective of health professionals at a base center in the Special Indigenous Health District of Bahia

Abstract

This study aims to analyze the understandings of hunger and food insecurity among indigenous peoples from health professionals at a Base Center of the Special Indigenous Health District of Bahia (DSEI - Bahia). Considering that Bahia is the state in the Northeast with the largest number of indigenous people, a qualitative study was carried out in the region of Paulo Afonso, Bahia. In the production of empirical data, narrative interviews were conducted between September 2021 and August 2022 with health professionals working at DSEI-Ba. The results consider how the issues that affect the territory in interaction with globalizing processes and colonial-modernity affect the production of hunger and dietary changes in daily life, and how they are produced by social, historical, political and economic contexts, on different scales. Thus, it is considered that hunger and food insecurity in indigenous communities require in-depth analysis of the demographic and social conditions faced by this population, from the perspective of the relationships built from and essentially from the territory. By analyzing the worsening of inequalities related to indigenous peoples, it is hoped that this study can contribute to the development of effective strategies and actions to mitigate inequalities, taking into account the specificities of different ethnic communities.

Keywords: Hunger. Food Insecurity. Indigenous Health. Territory.

"Nosotros no Sabemos qué Hacer": Hambre e inseguridad alimentaria de los pueblos indígenas desde la perspectiva de los profesionales de la salud de un Polo-Base del Distrito Sanitario Especial Indígena de Bahía

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo analizar la comprensión sobre el hambre y la inseguridad alimentaria entre los pueblos indígenas por parte de los profesionales de la salud de un Polo Base del Distrito Especial de Salud Indígena de Bahía (DSEI - Bahía). Considerando que Bahía es el estado del Nordeste con mayor número de indígenas, se realizó un estudio cualitativo en la región de Paulo Afonso, Bahía. En la producción de datos empíricos, se realizaron entrevistas narrativas durante el período de septiembre de 2021 a agosto de 2022 con profesionales de la salud que trabajan en DSEI-Ba. Los resultados consideran que, cómo, las problemáticas que afectan al territorio en interacción con los procesos globalizadores y la modernidad colonial inciden en la producción de hambre y cambios alimentarios en la vida cotidiana, y en la forma en que son producidos por los factores sociales, históricos, políticos y económicos. contextos, a diferentes escalas. Por lo tanto, se considera que el hambre y la inseguridad alimentaria en las comunidades indígenas requieren una mayor investigación sobre las condiciones demográficas y sociales que enfrenta esta población, desde la perspectiva de las relaciones construidas desde y esencialmente, el territorio. Al analizar el agravamiento de las desigualdades relacionadas con los pueblos indígenas, se espera que este estudio pueda contribuir al desarrollo de estrategias y acciones efectivas para mitigar las desigualdades, teniendo en cuenta las especificidades de las diferentes comunidades étnicas.

Palabras clave: Hambre. Inseguridad alimentaria. Salud Indígena. Territorio.